

O Profissional de Relações Internacionais no meio acadêmico

Demetrius Cesário Pereira¹

1. Introdução

No presente estudo, pretende-se analisar a inserção do profissional de relações internacionais no meio acadêmico. Uma análise desse campo de atuação não é facilmente encontrável nos estudos da área. Além disso, a novidade da profissão faz que o internacionalista sinta falta de um exemplo a seguir e muitas vezes desconheça seu mercado de trabalho. Por isso, neste trabalho busca-se suprir uma lacuna existente nos escritos de relações internacionais e incentivar os novos analistas internacionais a seguirem uma carreira acadêmica.

Para o cumprimento dessas expectativas iniciais, em primeiro lugar, cumpre destacar quem seria(é) o profissional de relações internacionais. A análise dessa profissão não é novidade, apesar de ainda persistirem algumas dúvidas, principalmente entre os estudantes da área. Em seguida, passaremos a analisar os setores em que tal profissional desenvolve suas atividades, para por fim discorrer sobre o setor acadêmico e passar a algumas conclusões. No ponto sobre a academia é que centraremos a maior parte de nossa atenção, tendo em vista o relativo desconhecimento das oportunidades oferecidas, qualificações exigidas e necessidades do meio acadêmico em geral.

Desse modo, reuniremos algumas informações de forma não exaustiva, mas provocadora e iniciadora de um processo de reflexão a respeito dos modos que o profissional de relações internacionais pode interagir com o meio acadêmico, um setor muitas vezes esquecido e pouco valorizado por muitos que buscam o exercício de uma profissão.

2. Quem é o profissional de relações internacionais

Cumpre destacar, primeiramente, conforme nos lembra Paulo Roberto de Almeida, que o profissional de relações internacionais não é apenas o “graduado em relações internacionais, uma vez que são ainda relativamente poucos os egressos dos poucos cursos existentes nesse nível no Brasil, muito embora a oferta tenha crescido exponencialmente nos últimos anos, em especial no setor universitário privado e em faculdades isoladas”(1). Desse modo, devemos levar em conta que os pós-graduados na área também podem ser incluídos nessa categoria. Assim, especialistas, mestres e doutores em relações internacionais também podem ser denominados internacionalistas, de acordo com a linguagem corrente.

Outro ponto relevante é que a categoria profissional carece de regulamentação, pois não há uma identificação formal do profissional, diferentemente do que acontece com os advogados, que têm a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou os médicos, que devem se inscrever nos Conselhos Regionais de Medicina (CRM). Questiona-se,

¹ Mestre em Relações Internacionais e docente no curso de relações internacionais do Unicentro Belas Artes

inclusive, se tal regulamentação seria desejável. Por um lado, ela asseguraria um campo de atuação para o profissional. De outro, limitaria o escopo de suas atividades. Encontramos em Almeida uma postura a respeito do tema: “Considero particularmente desnecessária e mesmo indesejada tal regulação profissional, uma vez que seria uma maneira de manter a adequada flexibilidade do mercado laboral e propiciar uma demanda adaptada a um maior espectro de capacidades intelectuais e acadêmicas”(2).

Portanto, podem ser profissionais de relações internacionais, entre outros, advogados, cientistas políticos, diplomatas, economistas. Apesar disso, as denominações mais comumente usadas para designar esse profissional são “analista internacional”, ou “internacionalista” ou ainda “analista de relações internacionais”. Assim, quando utilizarmos quaisquer dessas expressões, estaremos sempre nos referindo ao profissional de relações internacionais, seja ele bacharel na área ou não.

3. Setores de atividades

Segundo alguns estudiosos, como o próprio Paulo Roberto de Almeida, o profissional de relações internacionais pode atuar em três diferentes áreas. Em primeiro lugar, temos a sua atuação no governo, ou setor público, em órgãos como os responsáveis pela diplomacia, caso do Ministério das Relações Exteriores, outros ministérios, agências públicas, governos estaduais e municipais. Uma segunda área de atuação do internacionalista é a academia, a qual será objeto do presente estudo. Por último, o analista internacional pode atuar no setor privado, onde as chances de emprego crescem a cada dia. Nesse último caso, o desafio para as instituições de ensino que formam esses profissionais é saber conciliar o conhecimento teórico com as informações técnicas de que os futuros profissionais irão precisar. As possibilidades, neste setor, parecem ser quase infinitas.

4. A academia

Na academia, contudo, as possibilidades parecem ser cada vez mais limitadas. Em primeiro lugar, isso se deve ao fato de que as vagas não se renovam com muita frequência. O docente em relações internacionais tem uma carreira profissional relativamente longa, pois pode nela permanecer por um período longo, e sua valorização acaba aumentando com o decorrer do tempo, ao contrário do que ocorre com muitas profissões hoje em dia. A idade, no caso da academia, é tida como sinônimo de experiência e conhecimento, sendo um fator de valorização do professor ou pesquisador. Apesar de a aposentadoria ser compulsória aos setenta anos nas instituições públicas de ensino, esse profissional pode encontrar fácil acolhida no setor privado.

Além disso, há uma certa limitação das possibilidades, pois há uma dependência das qualificações ou vocação dos egressos dos cursos de RI para a pesquisa e ensino. Quando não temos a vocação e/ou qualificações como empecilho, a desvalorização da carreira acadêmica, especialmente no Brasil, aparece como principal obstáculo. Para muitos, ainda hoje, infelizmente, dar aulas não é sinônimo de trabalho, mas apenas um passatempo. Quantos professores nunca ouviram a frase: “Professor, o senhor também trabalha ou só dá aulas?”. Desse modo, a dedicação exclusiva ao meio acadêmico é tida como indesejável para muitos, especialmente para corpo estudantil e para certas instituições privadas de ensino, em que a prática tende a ser mais valorizada que a teoria.

Por outro lado, temos a expansão do número de cursos de relações internacionais no Brasil e conseqüentemente da docência, mas esse processo talvez sofra uma estagnação no médio prazo. Os centros de pesquisa são outra oportunidade na academia, porém sem perspectivas de multiplicação sustentada.

5. O bacharel em relações internacionais na academia

Dentro do quadro de profissionais de relações internacionais, cumpre destacar o bacharel em relações internacionais como portador de diversas características que podem lhe proporcionar um acesso mais facilitado ao setor acadêmico, pois ele possui grande aceitação nos cursos de graduação em relações internacionais. Nesses cursos, há, em primeiro lugar, uma grande identificação do aluno com o professor. Isso se dá tanto em relação ao mercado de trabalho, no tocante ao contato com um profissional da área e no caso de aliar-se a teoria à prática, visto que eles estão diante de um bacharel em relações internacionais – objetivo que tais estudantes almejam alcançar no curso.

Além disso, a necessidade de dar-se um perfil próprio ao curso faz que tais profissionais sejam amplamente requisitados. Como se tem ressaltado em inúmeros estudos, o curso de relações internacionais não é apenas um aglomerado de várias disciplinas como direito, história, política e economia. Não há apenas uma interdisciplinaridade ou multidisciplinaridade, há que haver uma transdisciplinaridade, que é (deve ser) proporcionada com facilidade ao bacharel em relações internacionais, uma vez que ele já teve contato com todas (ou a maior parte d)as disciplinas do curso e pode ter uma visão mais panorâmica do curso, estabelecendo as relações entre as diversas disciplinas e fornecendo uma visão voltada justamente para as relações internacionais, que é mais do que o emaranhado de disciplinas.

Por último, cumpre ressaltar as exigências do Ministério da Educação, que premiam a presença de bacharéis em relações internacionais nos cursos de graduação da área. Como destaca o Professor Shiguenoli Miyamoto(3), as instituições de ensino superior interessadas em criar curso de relações internacionais devem preencher padrões mínimos de qualidade, entre eles a contratação de coordenador e professores com formação específica na área de relações internacionais. O Professor Shiguenoli até nos lembra de uma portaria que questiona se um curso de economia poderia ter seu quadro de professores formado sobretudo de advogados, sociólogos e historiadores. Do mesmo modo devemos pensar no curso de relações internacionais, que necessita de alguém que dê um perfil próprio ao curso, como ressaltado no parágrafo anterior e em atendimento às exigências do Ministério da Educação. Além disso, a existência de disciplinas específicas dos cursos de relações internacionais (como Introdução às Relações Internacionais, Teoria das Relações Internacionais, etc.), faz que analistas internacionais sejam requeridos para ministrá-las.

A qualificação docente também é relevante para o Ministério da Educação, e por isso exige-se um certo número de professores com doutorado, especialmente na área de relações internacionais. Em geral, os professores-doutores são de outras áreas, pois há apenas dois doutorados em relações internacionais no Brasil, como veremos adiante, o que pode prejudicar a qualidade dos cursos de graduação que formarão os futuros

internacionalistas. Desse modo, a ausência de doutores é suprida pela existência de bacharéis em relações internacionais, especialistas ou mestres.

Os cursos de graduação de outras áreas, mas com disciplinas de relações internacionais são outras oportunidades para os internacionalistas. Entre eles podemos sublinhar os cursos de Secretariado Executivo, Comércio Exterior e Direito.

6. Oportunidades: cursos de graduação em relações internacionais

Onde estariam, então, as oportunidades para os internacionalistas em cursos de graduação em relações internacionais? No Brasil, de acordo com pesquisa do Professor Clóvis Brigagão(4), tais cursos estariam concentrados nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. A região Sudeste concentra mais da metade dos cursos de graduação (30), ficando com 56% do total de cursos disponíveis no país. As regiões Sul e Centro-Oeste seguem empatadas em segundo lugar, com 10 cursos cada uma, representando 19%. A região Nordeste, com apenas 3 cursos, é responsável por 6% do total. A região Norte infelizmente não possui nenhum curso de graduação em relações internacionais. Os cursos de pós-graduação, por outro lado, estariam distribuídos diferentemente pelas diferentes regiões do país. A região Sudeste concentra 52% da pós-graduação na área. O Centro-Oeste 28%, a região Sul apenas 16% e o Nordeste 4%. Levando em conta esses dados, as maiores oportunidades para o profissional de relações internacionais estariam fora da região Centro-Oeste, com as regiões Sudeste e Sul necessitando de mais profissionais qualificados, uma vez que essas áreas possuem um número relativo de cursos de graduação menor que de pós. No Nordeste tal fenômeno também é observado, mas como existem apenas três cursos de graduação naquele espaço geográfico, as necessidades tendem a ser menores. A região Centro-Oeste, por sua vez, especialmente o Distrito Federal, tem uma necessidade relativamente menor de profissionais qualificados, pois possui o maior número de cursos de pós-graduação, e aparece como a área de maior competitividade no setor acadêmico.

7. Histórico dos cursos de graduação em relações internacionais

A liderança da região Centro-Oeste pode ser explicada por razões históricas, entre outras. Em 1974 foi criado o primeiro curso de graduação em relações internacionais no Brasil, na Universidade de Brasília, que manteve a hegemonia na área até 1986, quando a Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, cria também seu curso. Esses dois fatos talvez expliquem a liderança das regiões Centro-Oeste e Sudeste na área de relações internacionais. Contudo, a explosão do número de cursos de graduação só ocorreu a partir de 1995, quando a PUC-SP investe nessa direção, sendo a pioneira na capital paulista, a qual concentra o maior número de oportunidades empregatícias no meio acadêmico.

8. A pós-graduação em relações internacionais

A pós-graduação na área de relações internacionais é bastante difícil de ser avaliada. Se por um lado existem vários cursos que se autodenominam “em relações internacionais”, inúmeros outros podem ser relacionados com a área, como no caso de “negociações internacionais, política internacional, diplomacia, etc.” Os cursos de pós-graduação lato sensu, como é o caso das especializações, trazem exemplos como “Diplomacia Econômica” na Unicamp, “Negociações Econômicas Internacionais” na

Unesp, “MBA em estratégia de negociações internacionais” na Universidade Cândido Mendes e “MBA em negócios internacionais” na FAE em Curitiba.

Já a pós-graduação *stricto sensu* alcançou um grande desenvolvimento com o apoio do governo federal, por meio do programa San Tiago Dantas de incentivo à pesquisa e pós-graduação em relações internacionais, lançado pela CAPES. Esse programa previa a distribuição de cinco bolsas de auxílio a cursos de pós-graduação em relações internacionais no Brasil. Dos cinco candidatos inscritos, apenas quatro foram selecionados para receber os recursos do referido programa: Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal Fluminense e o consórcio de três grandes universidades paulistas – PUC-SP, Unesp e Unicamp. Dos quatro selecionados, apenas a UnB já possuía uma pós-graduação em andamento. As demais universidades lançaram seus cursos com o auxílio dos recursos recebidos. O quinto candidato, que infelizmente não foi selecionado, apesar da disponibilidade de uma quinta bolsa, foi um consórcio da UFPE com a PUC-Rio, a qual possui dois dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* mais conceituados do Brasil.

Apesar de ter premiado apenas quatro candidatos dos cinco que se esperava, o Programa San Tiago Dantas representou uma verdadeira revolução da área de relações internacionais no Brasil. Essa iniciativa do governo federal possibilitou a criação de três novos programas de pós-graduação em relações internacionais, todos com cursos de Mestrado, em cinco reconhecidas universidades brasileiras, em regiões que careciam de profissionais mais especializados na área acadêmica.

Além disso, auxiliou no aprimoramento do programa de pós-graduação da UnB, a Universidade com maior prestígio e pioneira na área. Assim, os cursos de Mestrado em Relações Internacionais reconhecidos pelo Ministério da Educação que podemos citar são os das seguintes Universidades: UnB, PUC-Rio, Unesp/Unicamp/PUC-SP, UFRGS e UFF. Além desses cinco cursos, cumpre destacar o Mestrado em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no Rio Grande do Sul, que tem contribuído para o desenvolvimento da área. Doutorados seriam apenas dois, o da Universidade de Brasília e o da PUC-Rio, ambos muito bem conceituados entre os profissionais da área.

9. Centros de pesquisa

Uma outra área que traz oportunidades de emprego para o profissional de relações internacionais no campo acadêmico são os centros de pesquisa. Entre eles, podemos ressaltar aqui o IBRI (DF), IUPERJ (RJ), CEBRAP (SP), CEDEC (SP), CPDOC (RJ), IPRI (MRE/DF), NUPRI (SP), GACINT (SP), IRI (SC), CAENI (SP), CEBRI (RJ), entre outros. Tais centros de pesquisa acolhem pesquisadores da área de relações internacionais, e um detalhamento de sua atuação não será aqui explorado, apesar de bem-vindo. A abstenção de maiores comentários deve-se ao parco conhecimento do trabalho desses importantes atores do meio acadêmico.

10. Conclusões e tendências

O que se tem visto, no tocante às oportunidades de emprego para o profissional de relações internacionais no meio acadêmico, consiste num mercado de trabalho mais

concorrido na região Sudeste do que na região Sul, mas que recompensa melhor financeiramente os profissionais e oferece melhores oportunidades para aperfeiçoamento.

Na região Sul, o que ocorre é uma necessidade cada vez maior de docentes qualificados, especialmente no Estado do Paraná, que tem o maior número de cursos de graduação no âmbito regional. O mercado no Centro-Oeste, por sua vez, principalmente em Brasília, parece estar ficando menos dinâmico, por ser mais antigo e com o maior número relativo de cursos de pós-graduação, o que também pode ser o caso do Rio de Janeiro.

A tendência, portanto, é que se exija cada vez mais do profissional de relações internacionais no meio acadêmico. Em primeiro lugar, requer-se um aperfeiçoamento maior dos docentes nessa área do saber. Além disso, há uma necessidade crescente de instalação de um maior número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) para que o profissional possa atender às demandas de sua própria formação intelectual e da academia.

Notas:

1. ALMEIDA, Paulo Roberto. Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as Relações Internacionais Contemporâneas. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 244.
2. Idem. p. 245.
3. MIYAMOTO, Shiguenoli. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. Site: www.unicamp.br (2005).
4. BRIGAGÃO, Clóvis (coord). Diretório de Relações Internacionais no Brasil. Site: www.candidomendes.edu.br/ceas

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Paulo Roberto. Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as Relações Internacionais Contemporâneas. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BRIGAGÃO, Clóvis (coord). Diretório de Relações Internacionais do Brasil. Site: www.candidomendes.edu.br/ceas (2005)
- MIYAMOTO, Shiguenoli. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. Site: www.unicamp.br (2005)